

APRESENTAÇÃO

A Fundação Perseu Abramo, por meio do Centro Sérgio Buarque de Holanda, publica o 18º número da revista **Perseu: História, Memória e Política**. Buscando responder às novas questões colocadas por uma conjuntura tão dinâmica quanto desafiadora para a esquerda, este número está centrado em seu *Dossiê*, que reúne contribuições sobre o tema *Os militares e a política* na forma de artigos, ensaios e entrevista.

Com o objetivo de compor uma publicação de referência para o debate, convidamos estudiosos especialistas, publicados aqui em um diálogo profícuo com contribuições de atores com experiência política diretamente relacionada à temática, compondo assim um número que congrega reflexão atual e aprofundada sobre a questão, vista de diferentes ângulos. Não temos, no entanto, a pretensão de esgotar o tema, que se desdobra em inúmeros aspectos de nossa sociedade, bem como conta com variações significativas ao longo da sua história. Nosso enfoque, nesta publicação, foi disponibilizar análises sobre os militares como ator político de nossa sociedade contemporânea, à luz de sua formação histórica.

O primeiro texto, que abre o *Dossiê*, é de Manuel Domingos Neto. O autor nos oferece uma leitura teórica sobre a formação do militar na modernidade, relacionando as características que este ator assume em nações com diferentes percursos históricos e graus de desenvolvimento industrial variados. Apresenta, ainda, análise de conceitos que os militares mobilizam para sua ação e reprodução social. Tece considerações históricas amplas até localizar o militar atual e seu papel na conjuntura de crescimento da extrema direita no Brasil e no mundo.

Em seguida temos a contribuição de José Genoino sobre o desenvolvimento da política nacional de defesa no Brasil, retomando elementos de sua trajetória nos governos Itamar e Fernando Henrique Cardoso, e focando nos governos Lula e Dilma, trazendo também alguns apontamentos sobre a situa-

ção de retrocesso no governo atual. Identifica o papel que o Brasil vinha assumindo na geopolítica mundial, com sua política de dissuasão, desenvolvendo uma política de autonomia num mundo multipolar, e promovendo integração na chamada política sul-sul. No entanto, o golpe de 2016 que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma, somado à política dos Estados Unidos e sua interface com o governo brasileiro atual, recuperam elementos de uma política da Guerra Fria, colocando em risco os avanços dos governos anteriores.

Acrescentando elementos ao debate sobre a política de defesa desenvolvida nos governos Lula, trazemos a tradução de um texto de Héctor Luis Saint-Pierre, desenvolvido à época da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa (END) e da criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), no final dos anos 2000. A análise aponta os limites da END, dentre eles a necessidade de aumento do controle político sobre a defesa para a construção de uma cultura democrática. Ressalta também a importância da integração regional e os avanços que esta política poderia representar nos anos subsequentes.

Dando continuidade ao debate sobre a necessidade de uma cultura democrática no âmbito da defesa no Brasil, Ana Penido e Suzeley Kalil Mathias contribuem com o quarto texto desta edição. As autoras apontam os desafios da formação militar tendo em vista as tão diversas atividades em que as Forças Armadas são empregadas no Brasil contemporâneo, que vão desde o socorro a populações vítimas de desastres naturais até ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), passando por atividades como auxílio na construção de megaempreendimentos infraestruturais do país. Por outro lado, evidenciam como a questão da autonomia da formação militar é prejudicial para o estabelecimento de interfaces entre os militares e a sociedade civil.

Alguns destes temas trabalhados em textos anteriores aparecem sob uma outra perspectiva na entrevista realizada com Celso Amorim para esta edição. O entrevistado detalha a relação entre a política de defesa e a política externa no Brasil, vistas a partir de sua experiência como ministro das relações exteriores no governo Lula e, especialmente, como ministro da defesa no governo Dilma, de 2011 a 2015. Amorim define o Brasil como um país promotor de paz em âmbito internacional, e defende a estratégia de cooperação internacional, dissuasão pelo incremento de capacidade, e diversificação de parcerias para a consolidação da soberania nacional e garantia de autonomia do Brasil em relação às grandes potências.

Além das mudanças nas políticas de defesa, já no primeiro ano do governo Dilma foi instituída a Comissão Nacional da Verdade. Como nos aponta Samuel Soares, o evento constitui um dos marcos na história da relação dos militares com a política, no Brasil. O autor nos oferece uma leitura desta relação em perspectiva histórica, identificando os entraves para o fortalecimento

da democracia e do estado de direito no país após os vinte anos de ditadura militar que atravessou. Relaciona a Lei da Anistia, a constituinte e a Comissão da Verdade como elementos de um mesmo fenômeno histórico e social brasileiro, caracterizado mais pela continuidade de um autoritarismo fundante do que pela ruptura com o regime anterior.

João Roberto Martins Filho, autor do texto subsequente, faz um esforço de sistematização da participação dos militares no âmbito da política no Brasil no momento atual. A narrativa da sucessão de eventos em tão curto espaço de tempo impressiona, e nos permite tomar uma pequena distância dos acontecimentos, identificando o conjunto de ações dos militares no período após o golpe de 2016 e as variações de sua relação com o governo atual. Destaca-se o debate sobre as relações civis-militares, identificando a expectativa dos militares, até o momento frustrada, de tutelar a presidência.

Encerrando este conjunto de textos, Marcio Pochmann, participando deste esforço coletivo de compreensão da atuação dos militares na política na atualidade, disponibiliza para a revista *Perseu* suas “notas especulativas”, elaborando relações entre os projetos econômicos de desenvolvimento nacional no Brasil desde os anos 1930 e o papel das Forças Armadas, delineando perguntas sobre o futuro deste ator político no cenário nacional, em meio ao contexto de desigualdade social e desindustrialização.

Após estas contribuições, o *Dossiê* termina com o seu tradicional item de Documentos, mas com características distintas neste número. Considerando a instabilidade política que caracteriza o momento atual do país, entendemos como relevante a difusão de documentos considerados fundamentais para discutir a atuação política dos militares no Brasil atualmente. São eles, a *Política Nacional de Defesa* e a *Estratégia Nacional de Defesa*, elaborados no governo Lula, revistos e atualizados para publicação em 2012, no governo Dilma, portanto fruto de elaboração dos governos petista. Além destes, finalizando o *Dossiê*, disponibilizamos o capítulo XVIII do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), das Conclusões e Recomendações, publicado em 2014. Este item foi encampado pelo PT na sua 9ª Resolução do 5º Congresso Nacional do Partido, realizado em 2015. A CNV foi instituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, criada no governo Dilma. Seus desdobramentos, no que concerne à relação entre militares e política e militares e sociedade civil, ainda serão objeto de muitos estudos e entendemos que disponibilizar este documento é fundamental para contribuir com o debate sobre o tema.

Finalizando este número, a edição apresenta, ainda, a seção resenhas, que traz um conjunto de três obras resenhadas sobre temáticas relacionadas à nossa linha editorial.

Registramos a valiosa contribuição do companheiro Gustavo Codas, recentemente falecido, para a produção desta edição. Esperamos com este número ter feito juz aos diálogos, parcerias e tarefas estabelecidas. Gustavo Codas, Presente!

Centro Sérgio Buarque de Holanda